

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTADO E ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL NA PARTICULARIDADE DE NATAL-RN

Alice Natalia de Lima Silva¹Crismanda Maria Ferreira²

RESUMO

O artigo discute o trabalho infantil e as ações públicas de erradicação em Natal-RN. Objetivou tratar sobre o papel do Estado e identificar as políticas públicas e ações em rede voltadas ao combate do trabalho infantil. A metodologia se apoiou no método materialista histórico-dialético, sendo o estudo, de base qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Revelamos como, a partir das tensões sociais, o Estado é convocado a atuar frente a problemática, entendida como expressão da questão social. A atuação se centrou em eixos: inserção em programas ou projetos; fiscalização; formação e articulação com entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Ainda que sejam estabelecidas metas para o enfrentamento do trabalho infantil, os recursos se mostram insuficientes, principalmente com os cortes orçamentários. O trabalho, portanto, apresenta os entraves para a erradicação do trabalho infantil sob a égide neoliberal, apreendendo as contradições vinculadas ao objeto estudado.

Palavras-chave: Ações Estratégicas; Estado; Trabalho Infantil.

ABSTRACT

The article discusses child labor and the public actions in order to eradication this issue in Natal-RN. It aimed to address the role of the State and identify public policies and network actions aimed at combating child labor. The methodology was based on the historical-dialectical materialist method. The study developed on a qualitative basis, including bibliographical and documental research. We reveal how the social struggles stand the State to act in the face of the problem, which is an expression of the "social question". The main actions was centered on: inclusion in programs or projects; oversight; capacitation and advocacy in partner with entities that act in the defense of the rights of children and adolescents. Even though goals are established for combating child labor, resources are insufficient, especially with budget cuts. The work, therefore, presents the

¹ Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Galinhos-RN; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); alice.natalia@hotmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assistente Social formada pela UFPE. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE (PPGSS/UFPE). Atualmente doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFPE. crismandaferreira@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

obstacles to the eradication of child labor under the neoliberal aegis
ant its contradictions.

Keywords: Strategic Actions; State; Child labor.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é entendido como a prática de trabalho realizado por crianças onde há a privação da infância e interferência em outras áreas de sua vida, como a saúde física e mental. Este tem se apresentado enquanto problemática de proporções globais, uma vez que os dados apontam cerca de 160 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (OIT – UNICEF, 2021).

Vivemos em uma sociedade que incorpora a concepção de que a atividade laboral é um elemento formador do caráter e essencial na vida humana, ou seja, é uma atividade que “dignifica o homem”. Esses conceitos foram empregados durante muito tempo pelo capitalismo e até hoje ainda são muito presentes. Essa ideologia ainda é disseminada para justificar até mesmo a prática do trabalho infantil. Segundo o estudo de Padilha, “assim, o mito do trabalho infantil como forma de encaminhamento da criança pobre para a vida laboral ainda se mantém impregnado na cultura brasileira” (PADILHA, 2005, p. 17).

Na atualidade, pelo discurso dominante, ainda é defendida a inserção de crianças pobres no mercado de trabalho com a justificativa de livrá-las de uma vida de criminalidade e miserabilidade. Isso exime o Estado e a sociedade de sua responsabilidade frente a esse problema social, sendo uma afirmativa que faz ainda mais sentido quando refletimos sobre a desresponsabilização do Estado como parte constituinte daquilo que Behring e Boschetti (2016) denominam de “trinômio neoliberal” e que desvela a atual configuração da ação estatal no país.

Refletindo sobre o desenvolvimento da infância, Nepomuceno disserta que “privar uma criança de sua infância, inserindo-a no mundo do trabalho, é negar-lhe o direito de criar o alicerce de uma futura vida adulta (NEPOMUCENO, 1999, p. 343). Nota-se que os impactos sociais e econômicos que o trabalho infantil insere na vida

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de crianças e em seu futuro são resultado de uma vida com limitações à infância e a fragilidades na educação que impossibilitam um futuro com plenas garantias de melhores condições de vida e trabalho.

Dessa forma, este trabalho tem como objeto de estudo o trabalho infantil e as ações estratégicas de erradicação em Natal-RN. Objetivou-se, nessa perspectiva, discutir o papel do Estado, bem como apresentar as políticas públicas de erradicação desse fenômeno no município estudado, considerando como espaço temporal o período de 2016 a 2021, por compreender que o período pós-golpe ocorrido no ano de 2016 fragilizou a democracia brasileira e propiciou o fortalecimento dos ideais neoliberais no país.

O estudo, de base qualitativa, foi construído a partir de dois processos fundamentais: a pesquisa bibliográfica, considerando autores que se debruçam sobre a temática do trabalho infantil, e a pesquisa documental direcionada aos Planos Plurianuais do Município de Natal-RN e aos relatórios e balanços de organizações diretamente ligadas à proteção da infância. Outrossim, foi realizado um levantamento de notícias na mídia que trataram de ações estratégicas no município.

Com base nesses elementos, esse trabalho está estruturado em duas partes, além dessa introdução e das conclusões. A primeira traz a discussão do Estado e seu papel ativo dentro do modelo capitalista, no qual é utilizado enquanto ferramenta para garantia da reprodução das relações sociais dominantes, por meio da construção de consensos. Ademais, tratamos da inserção das políticas sociais e das reivindicações que forçaram o Estado a se posicionar e atuar frente as expressões da questão social, a exemplo do trabalho infantil. Na segunda parte, por sua vez, trazemos dados para corroborar com a relevância do tema estudado e apresentar o trabalho infantil como problemática atual. Por fim, apresentamos as ações estratégicas construídas em Natal-RN no que tange ao tema.

Compreendendo o trabalho infantil como uma expressão da questão social e entendendo o Serviço Social enquanto profissão atuante na questão social, revela-se a importância desse debate para a categoria, haja vista que irá enfrentar de modo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mais direto o trabalho infantil em diversos campos de atuação. Sendo assim, partimos de uma discussão sob a perspectiva do Serviço Social, que tem um papel e dever com a população de defesa e garantia dos direitos sociais, sobretudo de crianças e adolescentes, estes que, como afirma a lei, tem absoluta prioridade.

2 ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: MEDIAÇÕES PARA ANALISAR O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

A discussão acerca do Estado é bastante ampla quando se analisa sua configuração em diversos contextos históricos. Não é entendido apenas como uma instituição de organização social, mais que isso, é uma ferramenta de controle social de modo a facilitar a expropriação capitalista. Granemann (2012), enfatiza e discute o papel do Estado dentro desse cenário quando analisa que:

Sem deixar de reconhecer a importância da caracterização da burguesia em suas numerosas frações de classe, há que se enfatizar a instrumentalização do Estado na direção de reproduzir as relações sociais capitalistas de produção. Tal reprodução não se faz na direção de “todas” as classes, mas para as proprietárias (GRANEMANN, 2012, n.p.).

Marx e Engels, em *O Manifesto Comunista*, caracterizaram o Estado como um “comitê executivo da burguesia”, colocando que: “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42). Nessa perspectiva, o Estado se coloca como “[...] um mecanismo de dominação de classe, tendo em vista a apropriação privada do sobreproduto social e/ou dominação de sua distribuição em qualquer tempo [...]” (BEHRING, 2021, s.p.). Mais que isso, contraditoriamente, o Estado também desempenha importante papel na reprodução social. A classe trabalhadora é formada para atender sempre aos interesses do capital com sua força de trabalho e o Estado proporciona as condições para essa viabilidade.

O Estado hoje, conformado pelos interesses de classe em constante disputa, se apresenta com uma configuração que se denomina de neoliberal – constituída

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como uma saída da classe dominante à crise capitalista desde meados dos anos 1970 e que, no Brasil, se espalha, sobretudo, nos anos 1990. O neoliberalismo pode ser caracterizado como uma ideologia global que alcança a totalidade da sociedade. Tratando desse tema, Dardot e Laval (2016, p.17) dissertam que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Ainda discorrendo sobre o neoliberalismo, os mesmos autores apontam-no, para além de uma ideologia, como uma racionalidade. Tal característica o impulsiona frente a dominação da sociedade, ou seja, mais que apenas o domínio do Estado ele se estende ao domínio dos indivíduos de modo que se mantenha a ordem e a conformação social.

Behring (2009) menciona que, sob égide neoliberal, questiona-se a atuação do Estado na promoção do bem-estar social, principalmente com relação às políticas sociais. A trajetória de desenvolvimento de nossa sociedade, seja no campo social ou econômico, é marcada pela presença da luta de classes. A partir desses conflitos, as políticas sociais aparecem, reguladas pelo Estado principalmente, como meio de estabelecer consensos entre dominantes e dominados, sendo expandidas ou retraídas a depender do contexto econômico, social e político. Nesse cenário, Ferreira e Bezerra (2019, p. 98) dialogam que as políticas sociais “[...] garantem condições objetivas (embora ainda mínimas) de vida para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora[...]”. Ainda considerando o debate proposto por esses autores, nossa análise converge com o exposto acerca da política social que atribui a ela uma característica contraditória. Desse modo, ela tanto atua como ferramenta de regulação social voltada para o capital, quanto possibilita elementos centrais para a reprodução social da classe trabalhadora, sendo fruto de mobilizações sociais dessa classe.

Na busca por estratégias de articulação e apaziguamento entre as classes, percebe-se que o Estado também é atuante no âmbito da infância e juventude por meio de questões que objetivem a sua proteção e garantia, principalmente aquelas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



relacionadas ao trabalho infantil. Esse se apresenta enquanto expressão da questão social, por isso necessita de políticas sociais que respondam a essa problemática.

Considerando que o trabalho infantil é uma problemática presente em nossa sociedade, foi necessário construir alternativas e instrumentos legais por parte do Estado para impedir a utilização de força de trabalho de forma precoce. A utilização desenfreada da força de trabalho infantil e a necessidade de enfrentamento da questão, se colocou como um desafio, este que, mesmo que de forma lenta, foi levado em conta no processo de construção de mecanismos que visavam a proteção das crianças – uma conquista dos movimentos de infância e juventude organizados no país e mundialmente.

Como marco desse reconhecimento no Brasil, destacamos o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que representa uma vitória no que diz respeito à proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes. O ECA, lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre medidas que visam a proteção da infância e aponta que a utilização da força de trabalho infantil fere direitos fundamentais e direitos humanos. Além disso, a inserção de crianças e adolescentes na execução de atividades laborais passa a ser considerado um problema de todos (Estado, família e sociedade) e a garantia da proteção aos direitos das crianças e adolescentes passa a ser um desafio.

Quando falamos em desafio, estamos tratando que, mesmo com os esforços para assegurar direitos para a proteção de crianças e adolescentes, ainda persiste o aumento dessa prática de trabalho, expressando o desrespeito quanto ao cumprimento da legislação. Assim, se mostra central entender o que, em termos de ação do Estado, vem sendo construído para enfrentá-lo e garantir a efetiva materialização daquilo que está preconizado nas atuais legislações.

3 AÇÕES ESTRATÉGICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os estudos e pesquisas empenhados em desvendar as causas e consequências do trabalho infantil contribuem para caracterizar essa problemática como um fenômeno de proporções globais.

Com relação a inserção do trabalho infantil na América Latina e Caribe, especificamente, segundo o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – UNICEF (Fundo nas Nações Unidas para a Infância), publicado no ano de 2021, estima-se que temos cerca de 8,2 milhões de crianças em situação de trabalho infantil (OIT – UNICEF, 2021). Esse mesmo relatório aponta que é a primeira vez em 20 anos que os esforços para pôr fim ao trabalho infantil não conseguem avançar de forma significativa (OIT – UNICEF, 2021), o que gera tensão e graves violações aos direitos das crianças e adolescentes.

Analisando a configuração dessa problemática no Brasil, os índices apontam que cerca de 1,8 milhão de crianças estavam em situação de trabalho infantil em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (IBGE, 2019). No Rio Grande do Norte, segundo estudo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, que analisou os microdados da PNAD 2019, o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que estão em situação de trabalho infantil no Estado chega a ser de 21.727 (FNPETI, 2021). Em Natal-RN, os dados sistematizados pela Coordenação da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – COGESUAS, através da Vigilância Socioassistencial, mostram uma média de 11 famílias por mês que apresentaram membros em situação de trabalho infantil no ano de 2021 (COGESUAS, 2021).

Os dados apresentados expõem a importância e urgência em criar medidas para o enfrentamento ao trabalho infantil. Buscando compreender como as políticas sociais se articulam no município de Natal-RN e como o Estado se organiza em função de criar projetos e caminhos que proporcionem a erradicação do trabalho infantil, analisamos documentos que expressam os planejamentos orçamentários que são voltados para a atuação sobre esse fenômeno e notícias da mídia estadual.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No PPA para o quadriênio de 2014 a 2017, tivemos recursos destinados especificamente para ao enfrentamento ao trabalho infantil. Com o objetivo de erradicar todas as formas de trabalho infantil no município, o planejamento destinou R\$ 13.100,00 do total de recursos destinado às ações de proteção e promoção aos direitos das crianças e adolescentes, ao resgate da cidadania dos infantes e demais projetos que visam a redução da desigualdade das famílias que possuem crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho precoce. Esses recursos foram alocados para o alcance de 8.000 (oito mil) crianças no município de Natal sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS.

Inicialmente, compreendemos que os recursos alocados no PPA para o quadriênio de 2014 a 2017 é um valor muito baixo para comportar ações em torno de uma problemática que se reproduz constantemente no município, e considerando, principalmente, o número elevado de crianças submetidas ao trabalho infantil. Nota-se, nesse sentido, uma deficiência orçamentária nesse período no que concerne aos recursos destinados ao enfrentamento do fenômeno.

Já no PPA para o quadriênio de 2018 a 2021, no que se refere aos recursos destinados à erradicação do trabalho infantil, temos um valor acima do estipulado no planejamento anterior. Os recursos municipais foram de R\$ 1.180.000,00 e os recursos provenientes do governo federal foram de R\$ 400.000,00, que somam R\$ 1.580.000,00 de recursos destinados a ações estratégicas do programa de erradicação do trabalho infantil. Nesse PPA objetivou-se alcançar 2.923 atendimentos a crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho infantil.

Analisando esse segundo PPA, que compreende o quadriênio de 2018 a 2021, temos um aumento dos recursos voltados para a erradicação do trabalho infantil, ainda que este não signifique um valor suficiente para construção das ações de qualidade no tempo proposto. Além de ter, se comparado com o PPA anterior, uma diminuição do público-alvo, ou seja, se aumentou infimamente o valor e ainda se diminuiu o público a ser atendido.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A SEMTAS, responsável pelas ações, objetiva desenvolver atividades que corroborem com a superação do trabalho infantil, proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando o resgate da cidadania. Contudo, analisamos que, ainda que essas metas sejam centrais, a destinação limitada de recursos impossibilita que estas sejam alcançadas em plenitude no município, reiterando, assim, a existência do trabalho infantil.

Na análise das ações estratégicas por parte do Estado, é importante pontuar que, o ano de 2018 marcou a vitória do Presidente Jair Bolsonaro e que sua gestão (2019-2022) foi marcada pelos mais profundos ataques e cortes às políticas sociais, dando cabo de uma verdadeira política de acirramento neoliberal. Um dos cortes que merece nossa atenção foi na verba destinada às ações de enfrentamento ao trabalho infantil. Em 2019, a verba era de R\$ 6,7 milhões e esse valor caiu para R\$ 332 mil em 2021, segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (INESC, 2022). Essa diminuição em nível nacional, implica, conseqüentemente, menos recursos para os estados desenvolverem suas ações.

Além dos dados já expostos que apresentam a baixa destinação de recursos por parte do Estado para materialização de ações de combate ao trabalho infantil, consideramos importante apresentar a organização de ações, projetos e programas que possuem essa meta. A partir dessa sistematização, podemos apontar algumas tendências acerca das ações realizadas no período dessa pesquisa. Essas foram divididas em quatro eixos no município de Natal/RN: ações de inserção em programas ou projetos; ações de fiscalização; ações de formação acerca da temática; e ações de articulação junto a entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A inserção em programas e projetos que contribuem para a superação da situação de trabalho infantil nas famílias está expressa nos dois PPA. A inserção se dá, na maioria dos casos, em projetos educacionais e programas da assistência social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é a principal ação por parte do Estado que visa contribuir para o combate ao trabalho infantil. Os recursos que constam nos PPAs citados acima, por exemplo, destinam-se centralmente ao desenvolvimento das atividades do PETI que articula toda a rede socioassistencial do município de Natal-RN. Outrossim, ocorre a inserção em programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, enquanto uma possibilidade de superação do trabalho infantil mediante o combate à pobreza das famílias. Além da assistência social, as equipes profissionais podem realizar o encaminhamento para saúde e educação, por exemplo, dependendo da demanda apresentada. No que diz respeito a educação, está incluso nas ações dos PPAs, o Programa Educação Cidadã, que busca aumentar as condições econômicas e sociais das famílias, e o Programa Educando para a Cidadania. Esse último tem como objetivo fortalecer a cidadania por meio da educação inclusiva, universal e de qualidade, ademais visa aprimorar o planejamento educacional no município.

Ao nosso ver, esse primeiro eixo de ações estratégicas possibilita o acesso a direitos e a democratização da educação. Por meio disso, conseguimos fortalecer e ampliar a rede de proteção à criança e ao adolescente, de modo a construir uma barreira a curto, médio e longo prazo contra o trabalho infantil. Tal análise demonstra a importância dessas ações e a relevância da educação na luta contra o trabalho infantil.

Já no que concerne ao segundo eixo, classificado nessa pesquisa como ações de fiscalização, cabe apontar que a SEMTAS organiza essas atividades, principalmente, em feiras livres no município com o objetivo de prevenir o trabalho infantil. Esse tipo de ação também promove a disseminação de informações acerca dessa problemática em nossa sociedade, quanto aos malefícios e a legislação pertinente aos direitos das crianças e adolescentes.

As ações de fiscalização são voltadas para crianças e adolescentes envolvendo também atividades lúdicas, informações acerca dos serviços de assistência e de formação educacional e profissional para as famílias, bem como do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Cadastro Único do Governo Federal e, também, discussões a respeito do ECA, que é o principal instrumento legal de proteção e defesa dos direitos da infância. Conforme notícia extraída de jornal local:

A ação intersetorial teve uma proposta socioeducativa, de aproximação com a população, de sensibilização acerca dos malefícios do trabalho infantil. Para tal, levamos a informação através de atividades lúdicas para as crianças e atrativas para os adolescentes. [...] As crianças e adolescentes encontradas praticando serviços nas feiras e suas famílias foram cadastradas pela equipe do serviço especializado em abordagem social, visando a inserção e acompanhamento das famílias aos serviços sócio-assistenciais do município (PREFEITURA DO NATAL, 2021).

No eixo definido como “ações de formação acerca da temática”, identificamos as atividades junto a crianças e adolescentes em escolas do município, colocando em debate o tema do trabalho infantil e enfatizando que crianças devem brincar e estudar. Desse modo, o ambiente escolar foi considerado como um dos espaços a serem utilizados no processo conscientização necessária a superação do trabalho infantil, sensibilizando professores, diretores e até mesmo as crianças acerca dos malefícios.

Um outro tipo de atividade feita ao longo do período que analisamos foi a realização de ações de formação com os profissionais que atuam em programas, projetos e órgãos que estão diretamente ligados ao processo de erradicação do trabalho infantil. Nessa perspectiva foram feitos seminários, rodas de discussão, oficinas etc., de modo presencial e online, sendo essa última modalidade mais realizada no momento de quarentena em virtude da pandemia de covid-19.

Por fim, destaca-se uma última tendência das ações para enfrentamento do trabalho infantil em Natal-RN, esta que envolve o eixo identificado como “ações de articulação junto a entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes”. Essa tendência se apresenta em forma de propostas de debates e reuniões realizadas junto a entidades e organizações voltadas ao combate ao trabalho infantil, a exemplo da Rede Entrelaços, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI - representado no Estado do RN pelo Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Adolescente (FOCA) - e do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – CEDECA Casa Renascer.

No que se refere aos planejamentos que visam traçar rotas de estratégias para a erradicação do trabalho infantil, nossa análise observou a realização de seminários que buscam discutir essa problemática e encontrar caminhos para a sua superação. Os debates também são desenvolvidos em articulação com membros dos 3 poderes: executivo, legislativo e judiciário. Por meio dessa relação, são construídas campanhas que são direcionadas ao combate do trabalho precoce. Outrossim, mobilizações como a Marcha de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, que também reúne importantes segmentos envolvidos na erradicação.

Essa busca por construir ações conjuntas, incide sobre a organização e planejamento de iniciativas para combate ao trabalho infantil, entendendo o papel do Estado, mas também de toda a sociedade nesse desafio.

É, portanto, através de uma atuação ativa do Estado e da sociedade que o enfrentamento ao trabalho infantil pode ocorrer de forma efetiva, ainda que haja entraves diante do baixo orçamento destinado para as ações. Entendemos essa problemática enquanto expressão da questão social que precisa ser combatida, compreendendo os efeitos negativos que ocasiona na vida de crianças e adolescentes que, submetidas ao trabalho, tem a vivência de sua infância - parte fundamental para um desenvolvimento humano pleno - negada.

4 CONCLUSÃO

Nesse trabalho pontuou-se o Estado como aparelho de classe, cuja atuação é contraditória, ao passo que serve para garantir a reprodução das relações sociais dominantes, mas também atende as pautas reivindicadas pela classe subalterna, ainda que de forma pontual. Nesse sentido, atua no controle social, construindo consensos, sendo convocado a agir para atenuar os conflitos e tensões sociais. O Estado, portanto, materializa estratégias de construção de consenso, a exemplo de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

políticas sociais e direitos, que surgem como respostas a determinadas demandas da sociedade. Relacionando com o objeto dessa pesquisa, podemos apontar que, a medida em que emergem questionamentos e pressões para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o Estado é chamado a agir, construindo ações que visam a garantia de cidadania desses sujeitos.

Em que pese a necessidade de fortalecer as ações de enfrentamento diante da evidência do fenômeno na realidade, nossa pesquisa apontou, nos dois PPA que nos propusemos a analisar, que o município de Natal destina recursos voltados especificamente para o trabalho infantil. Contudo, evidencia-se uma fragilidade orçamentária, observada enquanto característica própria da política neoliberal, que embora tenha tido um aumento quando comparados os documentos citados, ainda se mostra como um valor ínfimo frente ao porte do município e o quantitativo de crianças e adolescentes que vivenciam o trabalho infantil.

A pesquisa também nos levou a identificação das estratégias que foram construídas em Natal-RN, na conjuntura analisada. Apontamos, a título de organização dos resultados, algumas tendências das ações por parte do Estado, sendo elas expressas em quatro eixos. O primeiro ofereceu uma perspectiva de superação da condição de trabalho infantil por meio de projetos voltados para a educação e assistência social: o PETI, os programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil, e o educação cidadã. O segundo compreendeu a busca ativa e fiscalização em feiras livres, shoppings e festas. O terceiro eixo se mostrou relevante por proporcionar a atuação junto às crianças e adolescentes nas escolas e por estar direcionado à capacitação de profissionais, pesquisadores, estudantes etc., contribuindo assim para a ampliação da rede de proteção. E no quarto e último eixo compreendemos que o processo de planejamento coletivo é extremamente importante e responsável pela eficácia das ações. É por meio dessa discussão, nos seminários e debates conforme já citado, que os planejamentos amadurecem e a rede de apoio em defesa da criança e do adolescente se organiza.

PROMOÇÃO



APOIO



Nessa perspectiva, compreendemos que essas ações deveriam ser realizadas durante todo o ano, porém identificou-se que são construídas, principalmente, no mês de conscientização do trabalho infantil que marca o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil instituído pela OIT em 12 de junho. Além disso, os resultados da análise nos levam a concluir que os recursos e planejamentos voltados para a erradicação do trabalho infantil são insuficientes para dar conta dessa problemática, o que explica a sua persistência na realidade social. Ademais, os cortes orçamentários e os ditames neoliberais em que estamos inseridos atualmente corroboram para que fiquemos cada vez mais distantes do objetivo de erradicar o trabalho infantil em nosso país.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Serviço Social: Direitos Profissionais e Competências Profissionais**. 1. ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2016.

COGESUAS. **Boletim Informativo: Monitoramento dos Indicadores das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Coordenação da Gestão do Sistema Único de Assistência Social. Natal, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; tradução ECHALAR, Mariana. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Crismanda. BEZERRA, Lucas. **Reprodução Social e Serviço Social: Reflexões sob o legado da tradição marxista**. JUNIOR, Luiz Carlos de Souza; TRINDADE, Hiago (org.). **200 anos de luta: marxismo e reflexões contemporâneas**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019, p. 87-103.

FNPETI. **Características do Trabalho Infantil** – Rio Grande do Norte. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: Fóruns Estaduais | Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente – F.O.C.A./RN | FNPETI Acesso em: 20 abr. de 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



GRANEMANN, Sara. **Estado e Questão Social em Tempos de Crise do Capital.** In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em Questão.** Recife: UFPE, 2012, p. 43-66.

INESC. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento geral da União 2021.** Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

NATAL, Prefeitura. **Ação socioeducativa de enfrentamento ao trabalho infantil é realizada em feira na zona norte.** 2021. Disponível em: Ação Socioeducativa de enfrentamento ao trabalho infantil é realizada em feira na Zona Norte (natal.rn.gov.br) Acesso em: 15 out. 2022.

NATAL. Lei 6.433, de 17 de janeiro de 2014. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017 e dá outras providências.** Natal: Prefeitura do Natal, 2014.

NATAL. Projeto de Lei. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 e dá outras providências.** Natal: Prefeitura do Natal, 2017.

NEPOMUCENO, Valéria. **As Relações com o Mundo do Trabalho – Adeus, Infância.** In: Sistema de Garantia de Direitos. Um Caminho para a Proteção Integral. Coleção Cadernos CENDHEC, vol. 8. Módulo VI – Temas Emergentes. Recife, 1999, p. 341-354.

OIT; UNICEF. **Trabalho Infantil: Estimativas Globais 2020, Tendências e o Caminho a seguir.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho – OIT; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, 2021.

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não deve trabalhar: análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussões nas experiências das famílias participantes.** 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO

